

Uma abordagem sociológica da sociologia: a ciência como campo

VÍVIAN MATIAS DOS SANTOS*

Resumo

O presente ensaio objetiva analisar como o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu pode contribuir para uma abordagem sociológica da Sociologia. A discussão desdobra-se desde a reflexão mais geral de como se firma a ciência até as possibilidades de compreensão da Sociologia neste espaço. Para tanto, fez-se necessário abordar o “campo científico” por meio das relações entre sua estrutura e seus agentes - relações “multidimensionais” que podem representar uma exitosa tentativa de superação da dicotomia ação/estrutura; indivíduo/sociedade; micro e macroteorização.

Palavras-chave: Sociologia; ciência; campo científico; habitus.

Sociological approach of sociology – science as a field

Abstract

This article analyses how Pierre Bourdieu’s theory can contribute for sociological approach of Sociology. This discussion examines how the discipline is established like a Science, dialogue how the concept “scientific field” may be able to break dichotomies: action / structure; individual / society; micro and macro-theories.

Key words: Sociology; science; scientific field; habitus.



* **VÍVIAN MATIAS DOS SANTOS** é Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS) da UFC.

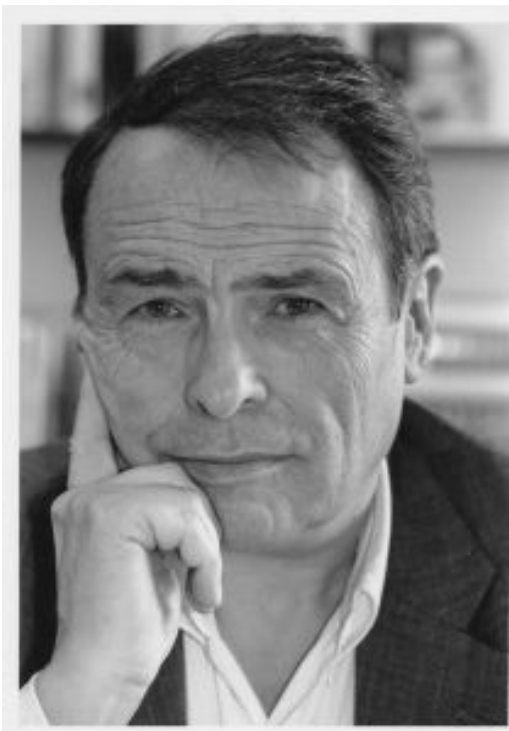
1. Pensar a ciência tentando romper a dicotomia “ação/estrutura”

Quais saberes ao longo da história da humanidade foram reconhecidos, ou melhor, consagrados? Por que na Idade Média “curandeiras” foram queimadas nas fogueiras da Santa Inquisição acusadas de bruxaria (PULEO, 2002) ao possuírem um saber cuja linguagem a classe médica emergente não dominava?

Como, no seio da “ciência moderna ocidental”, surge a Sociologia? De que forma esta disciplina se firma como ciência?

Consolidando-se por meio da linguagem filosófica, na Antiguidade a ciência já inicia sua consagração como a melhor maneira de compreensão da realidade. O conhecimento científico era algo que poucos manipulavam e tinham o domínio de suas práticas de produção.

No medievo a ciência tinha como paradigma central a fé e o dogmatismo. Todo e qualquer conhecimento científico deveria ser constituído tendo em vista a autoridade da Igreja Católica Romana. Aqueles que produzissem conhecimento que se contrapusesse aos dogmas que tal instituição elegeu como científicos e, portanto, verdadeiros, poderiam pagar com a própria vida. Somente homens celibatários podiam ter acesso ao conhecimento científico (MACIEL, 1999), isso fez com que 82% do meio milhão de pessoas que foram queimadas na fogueira, fossem mulheres (PULEO, 2002). O discurso



Pierre Bourdieu (1930-2002)

sobre as bruxas foi uma oportuna justificativa para eliminar as curandeiras que competiam com a classe médica masculina.

Todas essas questões podem ser refletidas com maior profundidade se, para começo de conversa, pensarmos a ciência como um construto humano e como somente uma das diversas formas de construção do conhecimento.

Porém, desde o surgimento da modernidade na ciência (SANTOS, 2005), o conhecimento vulgar, ou senso comum, mesmo sendo – assim como a ciência – social e historicamente construído, não tem sido considerado uma forma válida de conhecimento.

De tal modo, a emergência do paradigma moderno nas ciências que se inaugura pelo predomínio das idéias matemáticas – tão nítidas no racionalismo cartesiano – continuou se não excluindo, mas marginalizando durante séculos as mulheres nos *locus* formais de produção da ciência. Nelas pesava o estigma de serem mais sensíveis, passionais e intuitivas, portanto, não-rationais (SCHIENBINGER, 2001; CHASSOT, 2003). Como elas poderiam se inserir de forma não desigual em uma ciência que, “moderna”, assentava-se fundamentalmente num certo modelo de racionalidade?

O predomínio desta racionalidade purificada de outras dimensões humanas

tais como a emoção¹, não somente estruturou na ciência uma *dominação masculina* (BOURDIEU, 2005), mas outras expressões de dominação.

Não se deve tratar a ciência como um processo linear e imparcial, pois, como qualquer construto humano, se desenvolve entrecruzando-se com as relações sociais mais amplas. Ela possui configurações que não são independentes do tempo e do espaço. Deste modo, Max Weber no prefácio escrito para “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” discute “o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental” (1999, p.11). Um racionalismo que não somente penetra nas ciências, mas também nas várias instâncias de organização social, na literatura, nas artes².

O paradigma dominante da “ciência moderna” acusava com veemência a existência de duas formas de conhecimento não científico, e, portanto, irracional: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos, como, por exemplo, os estudos filosóficos e teológicos. Estas duas formas de conhecimento passam a ser, então, potencialmente perturbadoras e intrusas, ameaçando a verdade científica (SANTOS, 2005). Por isso, ao surgir a Sociologia, para ser reconhecida e se firmar como ciência, apropriou-se da linguagem científica de

então, se constituindo a partir de teorias, métodos e técnicas conhecidas hoje como “quantitativistas”.

1.1. A Ciência como um campo

Não podendo ser de outra maneira, a pretensa neutralidade científica se defronta com um sofisticado cenário delineado pelas relações de poder. Os desdobramentos da ciência se processam no sentido de atender às demandas sócio-históricas e econômicas do tempo e lugar dos quais faz parte. Por outro lado, a ciência também se constitui ao firmar regras e padrões de produtividade que pactuam com os anseios da comunidade científica hegemônica. Tendo isso em vista, compreendê-la como um *campo* bourdieusiano pode ser uma alternativa teórico-metodológica satisfatória, na medida em que a noção de *campo* evidencia que apesar de sua normatividade, a ciência é permeada por contradições e conflitos.

Bourdieu (2004), ao considerar a ciência como um campo, defende a ideia de que a dinâmica da construção científica se dá pelo ininterrupto diálogo entre os fatores históricos, econômicos e sociais externos, e suas leis internas. Para Bourdieu, o campo científico é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem (...) a ciência” (2004, p.20). E, neste universo construído por agentes e instituições, devem ser percebidas suas próprias leis, mas, por se inter cruzar com outros campos sociais (pressões externas), pode-se perceber que a autonomia do campo científico se dá de forma relativa.

Portanto, é relevante compreender que o campo científico, como qualquer outro campo social, possui a capacidade de *refração*, ou seja, toda e qualquer

¹ Esta tem sido uma discussão presente não somente entre os sociólogos do conhecimento, historiadores ou filósofos da ciência. Um exemplo é o neurologista português António Damásio que lançou neste ano um livro intitulado “O erro de Descartes – emoção, razão e cérebro humano”, publicado pela editora Companhia das Letras.

² Um exemplo citado pelo autor é a forma como a Música se constrói no ocidente a partir das idéias matemáticas, diferentemente das sociedades orientais.

influência externa é mediada, retraduzida pela lógica do campo. Assim, convém entender que: quanto mais autônomo for um campo, menor será a influência de ordem exógena; quanto mais consolidadas forem suas leis, suas normas e padrões, menor será sua heteronomia.

O campo científico, relativamente autônomo e heterônimo, está sujeito a reconfigurações. Nestes termos a tentativa de compreender a ciência contemplará uma dimensão imprescindível para a sua estruturação: o poder, sobremaneira em sua dimensão simbólica, ou melhor, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 7-8).

A ciência não foi construída historicamente engendrando-se a si mesma sem qualquer influência do mundo a sua volta. As mudanças de paradigmas (KUHN, 1998), o que chamamos de revoluções científicas, possuem uma natureza tanto endógena quanto exógena, tanto inovadora quanto tradicional, e sua profundidade vai depender de como se estabelecem as relações de poder entre seus agentes, e entre o próprio campo e as pressões externas.

A forma de existência do campo científico é marcada pela complexidade daquelas relações estabelecidas entre sua estrutura interna e as pressões externas. Estas últimas consistem na maneira como o campo da ciência se relaciona com os demais campos e, mais amplamente, com as conjunturas nas quais estão situados os seus respectivos sistemas simbólicos³.

³ “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de

Assim, percebendo a Ciência desta forma, para uma mensuração mais aproximada do seu grau de autonomia faz-se mister que voltemos especial atenção para a sua dinâmica interna na qual o campo científico e seus sub-campos são conformados por seus agentes e suas ações: são os agentes sociais de um campo que “criam o espaço (...), e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004, p.23).

Paradoxalmente este campo é estruturado a partir da posição que tais agentes ocupam em sua dinâmica, e esta posição não é escolhida por eles mesmos. A *grosso modo*, a estrutura do campo científico vai ser determinada pela distribuição de capital científico entre os seus agentes que podem ser instituições ou indivíduos. Mas então, o que seria capital científico, tão essencial na estruturação de um campo? Bourdieu diz que:

(...) o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (BOURDIEU, 2004, p.26).

Indivíduos e instituições têm um poder estruturante no interior do campo científico a partir da posição por estes ocupada. Tal posição é determinada e também determinante da acumulação de capital científico. O acúmulo de capital, e, conseqüentemente de posições

conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação (...)” (BOURDIEU, 2007, p.11).

hierarquicamente mais elevadas, vai depender de como tais agentes têm seus trabalhos conhecidos pela comunidade científica, se são reconhecidos, consagrados, ou não.

Mas, ao mesmo tempo em que o reconhecimento de certos agentes estrutura o campo científico, a estrutura também exerce uma influência considerável sobre o processo de conhecimento e reconhecimento dos agentes. Ou seja, na comunidade científica, a consagração de certas instituições e cientistas, se por um lado dão formas à estrutura da ciência, por outro, tal estrutura exerce pressão sobre a acumulação de capital científico destes agentes.

A ação dos agentes e a estrutura do campo, ambos têm influência decisiva para a construção da realidade e, portanto, este duplo aspecto deve ser levado em consideração em suas múltiplas relações. Talvez este seja um ponto interessante para pensar como Bourdieu contribuiu para uma abordagem sociológica do campo científico que tentasse romper com um problema persistente representado pelas reflexões dicotômicas que pairam como um espectro nas ciências sociais:

Persistem entre eles (sociólogos) desacordos fundamentais, mas há um princípio fundante em relação ao qual todos estão de acordo: a micro e a macroteoria são igualmente insatisfatórias; ação e estrutura precisam ser agora articuladas (ALEXANDER, 1986, p.5).

Para pensar essa articulação entre indivíduo e sociedade em termos bourdieusianos, entre cientista e ciência, deve-se entender de forma intrínseca ao campo a noção de *habitus* (BOURDIEU, 1996), ou seja, as disposições, as tendências de ação que

possuem um agente pertencente a um determinado campo.

1.2. As Tomadas de posição se defrontam com as disposições?

Os cientistas devem ser percebidos como agentes do campo científico que, para serem reconhecidos neste espaço, devem agir de acordo com as regras e as normas de cientificidade que são ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes da ciência. Neste sentido é relevante saber que “uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...]. Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1996, p.21-22).

É próprio do campo científico um *habitus* específico. Os *habitus* são “operadores de distinções” (BOURDIEU, 1996, p. 22). Busca-se esta distinção. Médicos agem de forma a se diferenciarem de curandeiros, bem como agem de forma a se diferenciarem entre eles mesmos. Merton não errou ao perceber a competitividade como uma das características fundamentais da ciência (SANTOS, 1978; NEFFA, 2000).

Há uma incessante luta por acumulação de capital científico que determina e é determinado (simultaneamente) pela luta por financiamentos. Aqueles que recebem os maiores financiamentos produzem mais, publicam suas pesquisas, têm maiores possibilidades de se consagrarem no campo, havendo a possibilidade, inclusive, de se tornarem *dominantes temporais* (BOURDIEU, 2004) e participarem dos processos decisórios que constroem a política científica.

Todavia, o *habitus* científico, como maneiras de ser duráveis, podem

também levar os agentes a se oporem às forças de um campo. Ou seja, neste conceito bourdieusiano reside a possibilidade de transformação da realidade. As posições que os agentes ocupam na estrutura do campo dependem de seu capital, desenvolvendo estratégias que dependem, sobretudo, dessas posições (BOURDIEU, 2004, p. 29).

A grande contribuição de Bourdieu neste âmbito específico é afirmar que dependendo da posição ocupada, as estratégias de ação de um agente são diferenciadas.

Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e a sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Partindo-se deste princípio aproxima-se mais dos “porquês” das mudanças de *paradigmas* (KUHN, 1998), das rupturas epistemológicas, das *descontinuidades* da modernidade (GIDDENS, 1991) nas ciências. As reconfigurações do campo científico devem ser analisadas justamente na tessitura destas relações que privilegiam agente/ estrutura, ação/ estrutura. É o reconhecimento de que os indivíduos têm o poder de modificar a estrutura e de que até certo ponto estes indivíduos são modificados, “moldados” pela estrutura do campo.

As *tomadas de posição* (BOURDIEU, 1996) encontram seus limites nas disposições. Cientistas podem modificar a estrutura do campo científico, mas

dentro dos limites de sua trajetória na ciência e, por que não dizer, fora dela.

2. Pensar a Sociologia como sub-campo científico

O estudo da Sociologia requer um cuidado redobrado com as suas particularidades.

Pensá-la em termos de *ciência normal* (KUHN, 1998), talvez não seja a melhor ferramenta teórico-metodológica, visto que há um “desacordo amplo e persistente” no terreno das ciências sociais como um todo. O dissenso é algo próprio destas ciências, tanto que “as condições definidoras da crise do paradigma nas ciências naturais são a rotina nas sociais” (ALEXANDER, 1986, p.7). O debate e o questionamento acerca dos fundamentos da Sociologia são uma constante ao longo de sua história.

Contudo, algumas questões podem ser indispensáveis para uma abordagem sociológica da Sociologia. Como exemplo, a modernidade que se inaugura com os modelos cartesiano e baconiano – bases para o predomínio das ditas “ciências naturais” – deve ser levada em consideração ao analisar as configurações do campo científico que tornou possível a consolidação e reconhecimento da Sociologia francesa de base durkheimiana?

A estreita e imbricada relação entre o reconhecimento deste sub-campo e o campo científico “moderno” (que a princípio desconsiderou os estudos humanísticos), pode ser percebida no prefácio à segunda edição d’*As Regras do Método Sociológico*, onde Émile Durkheim defende: “O que ela (nossa regra) reclama é que o sociólogo se coloque no mesmo estado de espírito dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se lançam numa região ainda inexplorada de seu domínio científico”

(1999, p. XIX). Desta forma, o sociólogo utiliza como estratégia afirmar uma espécie de similitude entre os fenômenos classificados como naturais e sociais.

Se nesta época havia o predomínio das idéias matemáticas, as abordagens quantitativas eram necessárias e condição para que a Sociologia fosse reconhecida como ciência, como um dos sub-campos do campo científico. Assim, Durkheim pode ser compreendido como um agente que conseguiu a consagração neste espaço, contribuindo para a construção de uma linguagem própria do que hoje se costuma chamar de “ciências do homem e da sociedade” (PASSERON, 1995, p.24). Tal linguagem, mesmo se enquadrando nos moldes das ciências naturais hegemônicas, conseguiu se firmar também a partir de suas peculiaridades.

É interessante saber que a expressão “sociologia” foi utilizada na França para “dar nome ao projeto de integração comparativa das pesquisas sobre as sociedades humanas” (PASSERON, 1995, p. 26) devido ao legado comte-durkheiminano. Já nos países anglo-saxônicos, a sociologia surge como uma subdivisão da antropologia social, onde um maior reconhecimento vai ocorrer somente com o interacionismo e com o desenvolvimento da sociologia empírica.

Não basta, desta forma, entender a sociologia como um sub-campo do campo científico. Deve-se sempre analisá-la como um sub-campo que se estrutura de maneira diferenciada nos espaços e nos tempos. Assim, como afirma Passeron (1995), a sociologia francesa é distinta da anglo-saxônica, que é distinta da alemã que se desenvolveu de maneira mais vinculada à história e à economia.

Tal distinção pode ser bem analisada por meio dos *habitus* dos agentes específicos de cada lugar em que se estruturou a Sociologia como ciência. É a ação destes agentes nas diversas estruturas que contribui para a construção não de uma sociologia, mas de “sociologias”. Disso pode-se apreender que as estruturas internas deste sub-campo entrecruzam-se e sofrem influências das particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais de cada sociedade em que se estruturam.

Nem somente a ação dos agentes (dinâmica interna do campo), nem somente o contexto social mais amplo (as “determinações” externas) são suficientes para a realização de uma abordagem sociológica da Sociologia. A utilização do campo bourdieusiano para a análise da Sociologia como sub-campo emerge como uma útil “ferramenta” conceitual/metodológica que tenta articular ação/estrutura, a micro e a macroteorização.

Em suma: nem a ênfase de estruturas coercitivas determinantes das ações individuais e coletivas; nem a unilateral abordagem da ação individual como determinante das estruturas.

Não pretendemos, neste ensaio, reconstruir a história da Sociologia de modo a esgotar as diversas escolas e correntes intelectuais, teóricas, ou algo semelhante. Ao contrário, o intuito é apenas lançar um olhar sobre a possibilidade de se construir uma compreensão mais profunda da sociologia por meio da noção de campo de Pierre Bourdieu, também um agente reconhecido e consagrado deste sub-campo científico.

Referências

ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. In: X ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, Campos do Jordão, SP, 1986.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4 ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. 7 ed. Campinas, SP : Editora Papirus, 1996.

CHASSOT, A. I. **A Ciência é masculina? É sim, senhora!** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Aldus 16)

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. (Coleção biblioteca Básica)

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. (Debates – Ciência)

MACIEL, B. Mulheres Cientistas: a afirmação da diferença? In: VIII JORNADAS DE FILOSOFIA, I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CIENCIA Y SOCIEDAD, Valladolid, 1999. Disponível em <http://www.webpraxis.com/bmaciel/>. Acesso em 23.03.2004.

NEFFA, J. C. **Las Innovaciones científicas y tecnológicas – Una introducción a su economía política**. Buenos Aires/ Argentina: Editorial Lumen/HVMANITAS, 2000.

PASSERON, J.-C. **O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PULEO, A. H. **Filosofia, Género y Pensamiento Crítico**. Universidad de Valladolid, 2002. (Colección “Acceso al Saber”, Serie Filosofía)

SANTOS, B. S. Da sociologia da ciência à política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 1, p.11-56, Jun. 1978. Disponível em http://www.ces.ucptpublicacoesrccs001BSousa_Santos_pp11-56.pdf. Acesso em 23.05.2006.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001. (Coleção Mulher)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. (Coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais)